

ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO**CONTRATO N.º ____/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE 02 (DUAS) EMBARCAÇÕES DE PATRULHAMENTO MARÍTIMO E 02 (DUAS) EMBARCAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO, COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR OUTROS PORTOS ADMINISTRADOS POR ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E CONFORME AS REGRAS ESTIPULADAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. _____.

CONTRATANTE: A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 14.372.148/0001-61, a seguir denominada **CODEBA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e pelo(a) Diretor(a) da área Infraestrutura e Gestão Portuária da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATADA: A empresa, com sede na, CNPJ nº, neste ato representado por....., inscrito no CPF nº, vencedora do Pregão Eletrônico nº 90019/2026 daqui por diante denominada por **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de que trata a Cláusula Segunda - **DO OBJETO**, com fundamento no processo administrativo Processo SEI Nº 50903.003197/2025-08, mediante as cláusulas e condições seguintes deste Contrato, do qual serão partes integrantes o Pregão Eletrônico nº 90019/2026 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de __/__/2026.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. A lavratura do presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 90019/2026, regulando-se pelas cláusulas contratuais que o integram e pelas seguintes disposições normativas:

- a) Lei n.º 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;

- b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);
- c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.gov.br;
- e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;
- f) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP);
- g) Demais normas pertinentes ao objeto do contrato.

Este contrato está em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 90019/2026.

1.2. E seus anexos, com o Termo de Referência e com a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **XX/XX/XXXX**, vinculando-se ao instrumento convocatório e seus anexos, documentos esses que integram o contrato, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. registro de preços para eventual aquisição, sob demanda, de 02 (duas) embarcações de patrulhamento marítimo e 02 (duas) embarcações de combate a incêndio, com possibilidade de adesão por outros portos administrados por entes da Administração Pública, nos termos da legislação vigente e conforme as regras estipuladas neste Termo de Referência..

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução dos serviços contratados será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1. Na execução do serviço a que se refere este TR, deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:
máximo

- a) **De execução do serviço:** 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
- b) **De vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, contados na publicação . em e do recebimento da assinatura do Contrato;
- c) **Da certificação da nota fiscal para pagamento:** 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega ao Fiscal;

d) **Do pagamento:** até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal da obra;

e) **De entrega das Embarcações novas:** 180 (*cento e oitenta*) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do Contrato;.

f) Os prazos de execução e de vigência não poderão ser prorrogados por se tratar um Sistema de Registro de Preços.

4.2. As solicitações de equipamentos serão feitas através de ordens de fornecimentos pela contratante formalmente por e-mail, e a contratada deverá responder à solicitação em até 1 (um) dia útil com o prazo de entrega não superior a 30 dias corridos.

4.3. A contratada terá até 30 dias corridos para realizar a entrega dos equipamentos solicitados na ordem de fornecimento.

4.4. A contratada deverá informar um e-mail, um número.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. Conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CODEBA, o preço total do objeto contratado é de **R\$** _____ (_____).

5.2. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº XXXXX, SD n.º XXXXXX, Classificação: XXXXXXXXX (XXXXXXX) em exercícios XXXXX e XXXXX.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento de cada fase do Cronograma de Execução Físico-Financeiro somente será autorizado depois de efetuada a certificação pelo Fiscal do Contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada.

7.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

- 7.3. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.4. O pagamento será efetuado, mediante depósito em Conta Corrente da Contratada, em instituição bancária por ela indicada, após a emissão de “Certificação da Medição” e Certificação da Nota Fiscal pela Fiscalização correspondente às Etapas contratuais cumpridas, observadas as condições e especificações deste TR e Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo.
- 7.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida após o Boletim de Medição emitido pela fiscalização da CODEBA atestando a conformidade da Etapa contratual cumprida;
- 7.6. A empresa contratada deverá apresentar, para efeito de pagamento(s), juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is):
- a) Carta/E-mail endereçada à CONTRATANTE formalizando o pedido de pagamento;
 - b) Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS);
 - c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - d) Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7.7. O pagamento dos fornecimentos realizados pela empresa contratada estará condicionado, também, à comprovação de regularidade da empresa contratada junto aos órgãos governamentais;
- 7.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE DE PREÇOS E LOCAL DE ENTREGA

- 8.1. Tendo em vista que a modalidade adotada no presente processo é o Sistema de registro de preços, com validade de 12 (doze) meses, não é prevista a incidência de reajustamento futuro sobre o valor ofertado durante o processo licitatório.

LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.2. A Embarcação deverá ser entregue na Sede da CODEBA - Avenida França, 1551, Comércio, CEP - Bahia, CEP: 40.010-000, acompanhado pelo Fiscal do Contrato.
- 8.3. Considerar-se-á como data efetiva de entrega da Embarcação, aquela aposta no Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD).
- 8.4. O recebimento do objeto, seja provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil e nem ética profissional da contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.5. **Inspeção Visual e Dimensional**
- 8.6. Todos os itens e subitens do objeto de fornecimento devem ser submetidos a uma inspeção visual e dimensional, devendo estar de acordo com a especificação

constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo à este Termo de Referência, desenhos e documentos técnicos apresentados para a CONTRATADA.

- 8.7. As peças componentes e o material de fabricação da embarcação não podem conter em suas superfícies falhas de fundição e/ou forjamento tais como: vazios, inclusão de material diferente do material de base, rebarba, protuberância e aresta cortante, não podendo, ainda, conter deficiências ou defeitos como usinagem incompleta, rachaduras, amassamento, não uniformidade de cor, riscos em área de vedação, empenos e reparo por processo de soldagem ou químico de defeito de fundição e/ou forjamento, ou ainda estarem mal fixados a embarcação.
- 8.8. **Prova de Mar**
- 8.9. Velocidade Máxima - A embarcação deve desenvolver velocidade máxima não inferior a 30 nós, navegando em águas tranquilas, estado de mar 1, vento de até 5 nós, correspondente a força Beaufort 2.
- 8.10. Determinação do Raio de Ação e Velocidade de Cruzeiro - A partir da determinação do consumo de combustível para as diferentes cargas do motor, deve-se determinar a distância máxima (Raio de Ação) que pode ser percorrida pela embarcação, a uma velocidade predeterminada, considerando um calado correspondente a condição de deslocamento carregado e com a quantidade de combustível equivalente a 87% do volume moldado do tanque de armazenamento. Esta velocidade predeterminada na qual se obtém a distância máxima de deslocamento da embarcação será a velocidade de cruzeiro.
- 8.11. Sistema de Navegação e Comunicações - Deverão ser testados os sistemas de Navegação e Comunicações durante a Prova de Mar. O Sistema de Navegação deve estar integrado ao GPS da embarcação e desta forma ser capaz de medir todos os parâmetros de velocidade máxima, raio de ação e velocidade de cruzeiro.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA E MANUTENÇÃO

- 9.1. A garantia para a embarcação será de no mínimo de 02 (duas) anos para o casco, contra defeitos de matéria-prima e/ou fabricação, e de 12 (doze) meses para o motor de popa e carreta rodoviária, bem como dos objetos acessórios da embarcação, contados do recebimento definitivo apostado no Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD).
- 9.2. Caso durante o prazo de garantia o bem apresente problemas técnicos ou defeitos de qualquer natureza que não seja decorrente do desgaste natural ou do mau uso, e que não seja resolvido pela assistência técnica, a contratada deverá providenciar a substituição por outro, de especificação equivalente ou superior ao adquirido, no prazo de 30 (trinta) dias úteis. Para situações que envolvam itens de fornecimento prolongado, prazos superiores a esse período poderão ser autorizados pela CODEBA desde que apresentadas justificativas plausíveis pelo fornecedor.
- 9.3. O serviço de assistência técnica, decorrente de acionamento de garantia, deverá ser prestado mediante orientação e suporte técnico local, na cidade sede onde a embarcação está lotada, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o bem adquirido, a fim de se manter em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CODEBA.
- 9.4. A assistência técnica abrangerá eventuais defeitos de matéria-prima e/ou fabricação apresentados pelo bem, durante o período de garantia, sendo que os atendimentos de assistência deverão ser locais, prestados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do instante do registro de solicitação feita pela

CODEBA por telefone ou e-mail, e sua devolução, após assistência, deverá ser efetuada no máximo em 20 (vinte) dias úteis. Para situações que envolvam itens de manutenção dependente de sobressalentes de aquisição prolongada, prazos superiores a esse período poderão ser autorizados pela CODEBA desde que apresentadas justificativas plausíveis pelo fornecedor.

- 9.5. Caso seja necessário enviar o bem para um centro de assistência técnica fora da sede onde a embarcação está lotada, para a correção de defeitos de matéria-prima e/ou fabricação, cobertos pela garantia, a Contratada deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados para a sua devida manutenção.
- 9.6. A Contratada deverá fornecer todos os certificados de garantia dos equipamentos instalados, devidamente preenchidos, à Contratante no momento da entrega da embarcação.
- 9.7. Os grafismos colocados na embarcação, conforme layout oferecido pela CODEBA deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses para qualquer defeito de matéria-prima ou fabricação, bem como durabilidade mínima de 12 (doze) meses, contra efeitos corrosivos, desgaste natural, entre outros.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes, especialmente designados;

10.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

10.3. A falta ou omissão por parte da fiscalização da CONTRATANTE não desobriga a CONTRATADA dos compromissos assumidos, que deverão ser integralmente cumpridos;

10.4. No exercício do poder de fiscalização, a CONTRATANTE poderá fazer as observações e baixar as determinações que entender convenientes a boa execução do Serviço Contratado;

10.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

10.6. A FISCALIZAÇÃO exercerá o controle das condições das embarcações, exigindo a substituição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ou a correção de defeitos/deficiências, casos se constatarem problemas de segurança, funcionamento ou asseio.

10.7. A depender da gravidade do problema, a juízo da FISCALIZAÇÃO, a substituição do veículo ou a correção de defeitos/deficiências deverá ser providenciada imediatamente após a determinação da FISCALIZAÇÃO;

10.8. O fiscal do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

10.9. O fiscal deverá monitorar constantemente a qualidade dos serviços para evitar sua degradação, devendo intervir para corrigir ou aplicar as sanções previstas no edital e no Contrato Administrativo, quando verificar um viés contínuo de desconformidade na prestação dos serviços à qualidade exigida;

10.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

10.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

10.12. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

A) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

B) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.13. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

10.15. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da futura Contratada e nem confere à . responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados;

10.16. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CODEBA Fiscal do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela futura Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito;

10.17. A Contratada deverá refazer, sem custo algum para a CODEBA e dentro do prazo determinado pela Fiscalização, qualquer irregularidade nos veículos, contrariando as determinações da Fiscalização ou ainda que venha a provocar danos a propriedades da CODEBA ou de terceiros;

10.18. A omissão ou recusa por parte da Contratada em refazer o trabalho inadequado ou defeituoso ou reparar os danos causados a propriedades de terceiros, autorizará a

CODEBA a realizar tais serviços de reparos com outros empreiteiros, deduzindo aquele valor das cauções em seu poder, independente de outras medidas cabíveis previstas em Contrato;

10.19. A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços estabelecidos neste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da CODEBA;

a) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimentos, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste Termo de Referência e seus anexos, do Contrato e do Edital, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT e outras normas pertinentes;

b) A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade.

10.20. Dentre outras atribuições, compete à Fiscalização:

a) Cumprir e fazer cumprir as especificações do futuro Contrato;

b) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções e penalidades previstas no futuro Contrato, quando da inadimplência da CONTRATADA na execução do objeto;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Emitir ordem de fornecimento ou documento equivalente, especificando a quantidade e o tipo produtos a serem entregues;

11.2. Notificar a Contratada por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades na execução da entrega dos itens solicitados;

11.3. Efetuar o pagamento à Contratada, se esta cumprir todas as exigências constantes do Termo de Referência e neste Contrato;

11.4. Exigir a documentação necessária de habilitação;

11.5. Promover o acompanhamento e fiscalização do recebimento dos equipamentos de acordo com este Termo de Referência em anexo;

11.6. Prestar à contratada, quando solicitada, toda e qualquer informação ou esclarecimentos que se fizerem necessários;

11.7. Devolver os produtos que não estiverem em conformidade com o padrão exigido no Termo de Referência;

11.8. Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da contratada mencionadas no Termo de Referência e no Contrato;

11.9. Solicitar a substituição dos produtos, em caso de defeito ou em desacordo com as especificações e/ou condições do Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) em anexo;

11.10. Responsabilizar-se pelo recebimento e conferência dos produtos entregues pela CONTRATADA; e

11.11. Elaborar Termo de Entrega e Recebimento Definitivo (TERD), das Embarcações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Entregar todos os objetos com garantia de 12 (doze) meses contra deformações e/ou ferrugens;
- 12.2. Não subcontratar outra empresa para fornecer o Objeto deste Termo de Referência;
- 12.3. Entregar a quantidade contratada em até 180 (cento e oitenta) dias, após a emissão da ordem de serviço;
- 12.4. Atender prontamente a qualquer chamada que venha a receber da Contratante, executando os serviços necessários com toda presteza;
- 12.5. Zelar pela boa e fiel execução do fornecimento dos produtos contratados;
- 12.6. Respeitar as normas e procedimentos de segurança, constantes no caderno da contratante, inclusive nas dependências dos Portos Organizados de Aratu - Candeias e Salvador.
- 12.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato;
- 12.8. Comunicar à CODEBA qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 12.9. Substituir os produtos, sem qualquer custo para a CODEBA eventualmente entregues com defeito e/ou em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência anexo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- 12.10. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 12.11. A empresa fornecedora disporá de padrões e procedimentos de segurança técnicos e organizacionais que resguarde o tratamento de dados pessoais, em conformidade as exigências da Lei 13.709/2018;
- 12.12. A obrigação de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações por ele assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório (art. 69, inciso IX, lei nº 13.303/2016);
- 12.13. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato (art. 76 da Lei nº 13.303/2016);
- 12.14. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 77, lei nº 13.303/2016);
- 12.15. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou

restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 77, §1º da lei 13.303/2016);

12.16. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 81, § 1º).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

13.1. A inexecução parcial ou total do objeto contratado e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 4 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da licitante ou contratado, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no neste instrumento de licitação, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Procedimentos para aplicação de penalidades:

13.2. Será aplicada a sanção de advertência nas hipóteses de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, desde que fiquem caracterizadas a insignificância dos efeitos do descumprimento e a boa-fé, e, ainda, nas seguintes situações:

- a) Atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto, tendo como base a comprovação de formalização da demanda à CONTRATADA;
- b) Concomitantemente com as outras penalidades previstas no presente instrumento.

Será aplicada multa nas seguintes situações:

13.3. De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) De até 10% (dez por cento) sobre o saldo do serviço demandado, caso haja a inexecução parcial do objeto
- b) De até 10% (dez por cento) do saldo contratual, por descumprimento das obrigações e responsabilidades contratuais;
- c) De até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
- d) De 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por quaisquer outras infrações cometidas pela empresa.

13.4. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso do curso for superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir da formalização da demanda;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

13.5. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

a) A Contratada não executar as quantidades dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e determinadas pela CODEBA bem definidas na planilha de quantidades/preços contratuais;

b) A Contratada deixar de entregar um ou mais de um veículo.

c) Houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias corridos, após a formalização da demanda.

13.6. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para execução dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos após a formalização da demanda pela contratante.

13.7. Além das multas previstas no presente item, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 3 e 4 abaixo;

Tabela 3. Relação entre grau de penalidade e valor correspondente da multa

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$400,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 800,00
4	R\$ 1.000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 4. Relação de Infrações

Item	Descrição	Grau
1	Utilizar as dependências da . para fins divergentes do objeto do contrato	01
2	Fornecer informação pérfida de serviço; por ocorrência.	02
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus empregados	03
5	Usar/divulgar informações da ., para fins diversos do objeto contratual, sem anuência da CONTRATANTE	03
6	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	04
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	04
8	Deixar de entregar e/ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto	04
9	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	05
10	Dar causa a atraso para emissão da ordem de serviço	05
11	Descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no presente Termo de Referência,	05
12	Inexecução total das obrigações contratuais	06
13	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
14	Não manter a proposta, falhar ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa	06

Para itens a seguir, **DEIXAR DE:**

15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
17	Iniciar a alocação dos veículos nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os requisitos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia	02

18	Cumprir as obrigações legais da Contratada determinada neste termo, por cláusula	05
19	Oferecer o serviço fora dos padrões e qualidades definidos neste Termo de Referência	05

13.8. As penalidades aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no Contrato nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à . ou aos seus empregados e terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais;

13.9. A falta de cumprimento das obrigações referentes ao ano de fabricação dos veículos implicará no não pagamento da (s) diária (s).

13.10. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução do serviço do mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução do serviço do mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços do mês.

13.11. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

13.12. A multa poderá ser aplicada no decorrer dos serviços, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso;

13.13. No primeiro mês em que ocorrer o atraso, poderá ser aplicada, a critério da Fiscalização, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso dos serviços de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado;

13.14. Se a Contratada apresentar, nos períodos de medição seguintes aos do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Fiscalização poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa;

13.15. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos;

13.16. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

13.17. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a CODEBA de que trata a Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, poderá ser aplicada à Contratada, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, entre outros casos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto.

I - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, entre outros casos, quando a Contratada:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos deste Contrato;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a ., em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº 13.303/2016, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da . após a assinatura do Contrato;
- e) Apresentar à CODEBA qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) Incorrer em inexecução total do objeto.

13.18. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a CODEBA e o de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com penalidade de multa;

13.19. Fica a CODEBA autorizada a descontar o valor da multa de qualquer pagamento a ser efetuado à Contratada;

13.20. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

13.21. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

13.22. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à CODEBA este será encaminhado para cobrança judicial, arcando a Contratada com as custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor cobrado atualizado;

13.23. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Constituem motivo para a rescisão dos contratos firmados pela CODEBA:

- I. O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- III. O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato;

IV. O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato;

V. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI. A fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CODEBA;

VII. A dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;

VIII. Razões de interesse da CODEBA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

IX. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

X. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

XI. Inobservância da vedação ao nepotismo;

XII. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente;

XIII. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV. O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

14.3. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

15.1. A CONTRATADA deverá utilizar para prestação dos serviços veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar, instituído pela Resolução Conama nº 005, de 15 de junho de 1989;

15.2. As embarcações devem contemplar o padrão de qualidade do ar disposto na Resolução CONAMA Nº 491, de 19 de novembro de 2018, obtendo características menos agressivas ao meio ambiente;

15.3. Só será admitido o uso de embarcações atendam aos limites máximos de ruídos definidos na Resolução CONAMA nº 1/93 e na Resolução nº 272/2000.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. Pelo término do seu prazo de vigência;

III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;

IV. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA e esteja autorizado no contrato, na legislação em vigor ou neste regulamento;

V. Pela via judicial ou arbitral; e

VI. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

17.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MATRIZ DE RISCO

1	Entrega do Cronograma de Execução e Assinatura de Contrato	Atraso na entrega do cronograma ou assinatura de contrato	1	1	1	Desprezível
2	Prazo de 180 dias corridos de execução do contrato - Contado a partir da data de assinatura do contrato	Atraso no prazo de execução devido a atrasos documentais ou de insumos	1	2	2	Baixo
3	Arranjo Geral Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
4	Topologia Estrutural Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
5	Plano de Linhas Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
6	Estudo de Estabilidade Preliminar	Atraso da entrega documental	1	1	1	Desprezível
7	Aquisição de insumos para confecção dos cascos, sistema	Incompatibilidade de itens ou atraso na aquisição de insumos construtivos	1	2	2	Baixo
8	Prontificação dos cascos (Estrutura do corpo da embarcação para alocação de sistemas e componentes)	Atraso na entrega prontificada do casco	1	2	2	Baixo
9	Afixação dos sistemas e componentes da embarcação	Incompatibilidade de itens ou atraso na aquisição de insumos construtivos	1	2	2	Baixo
10	Logística de entrega e recebimento	Atraso no prazo de entrega e/ou recebimento a depender da logística adotada	3	1	3	Moderado
11	Inspeção Visual e Dimensional	Não estar dentro das especificações do Estudo Técnico Preliminar (ETP)	2	1	2	Baixo
12	Prova de Mar Velocidade Máxima	Embarcação não desenvolver a velocidade indicada no Termo de Referência	2	1	2	Baixo
13	Prova de Mar - Determinação do Raio de Ação e Velocidade de Cruzeiro	Embarcação não desenvolver a velocidade para distância máxima de deslocamento	2	1	2	Baixo

14	Prova de Mar - Sistema de Navegação e Comunicações	Falhas técnicas nos testes dos sistemas de navegação e comunicação da embarcação	2	1	2	Baixo
15	Prazo de vigência do contrato - 12 meses - a contar da data de sua assinatura	Não cumprimento do prazo pré-estabelecido da vigência do contrato para entrega e recebimento das embarcações	1	1	1	Desprezível

PROBABILIDADE

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ANEXOS

19.1. Integram o presente Acordo como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência: Registro de preços para eventual aquisição de estações de trabalho (desktops), monitores, notebooks, tablets e acessórios, conforme condições, quantitativos, especificações e estimativas descritas neste termo de Referência, para atendimento às necessidades da CODEBA em seus três portos de Salvador, Ilhéus e Candeias e seus Apensos;
- b) Anexo II – Modelo Carta Proposta;
- c) Anexo III - Declaração Unificada;

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. A CODEBA declara que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

22.1. As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2.E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, de..... de

Pela CODEBA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
Diretor-Presidente	Diretor da área Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
CARGO/FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: